



Prêmio IAB RS _ Enilda Ribeiro turmas.2023

Ata de Julgamento

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e dez minutos, iniciou-se a sessão de julgamento do trabalhos de conclusão de curso arquitetura e urbanismo do primeiro e do segundo semestre de 2023 (dois mil e vinte três), selecionados para o prêmio da categoria de Interesse Social, também conhecida como Prêmio Enilda Ribeiro, como uma das categorias de premiação do Prêmio IAB RS, organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil do Rio Grande do Sul. Estiveram presentes na sessão de julgamento a Comissão Julgadora, constituída por três arquitetas com experiência e atuação na área de Arquitetura e Urbanismo de Interesse Social. São elas: Arquiteta e Urbanista Carolina Galeazzi, Arquiteta e Urbanista Karol Rosa e, por fim, a Arquiteta e Urbanista Raquel Freire, todas presentes na reunião online. Foi informado que houve 104 (cento e quatro) inscritos na etapa final da Premiação, tendo sido homologadas 94 (noventa e quatro) inscrições nas três categorias. Os trabalhos inscritos foram organizados em pastas com números aleatórios gerados pelo sistema, onde a ordem da numeração não possui nenhuma relação com a ordem de inscrição dos trabalhos, e nomeados com o prefixo PIA, referente aos projetos de interesse social de arquitetura, e PIU, referente aos projetos de interesse social de urbanismo, sendo PIA e PIU as subcategorias do prêmio referente, cada uma destinada a ter um projeto premiado. Também foi informado que, na categoria de Interesse Social, foram submetidos um total de 13 (treze) projetos para a subcategoria de arquitetura, e 7 (sete) projetos para a subcategoria de urbanismo. Para concorrerem à premiação, os trabalhos inscritos pelos candidatos foram padronizados e disponibilizados de maneira digital, através da plataforma online Google Drive, à Comissão Julgadora, contendo: (i) 04 (quatro) pranchas formato A1 na posição horizontal (paisagem), com o selo padrão da Premiação aplicado

na extremidade inferior direita de cada prancha; (ii) texto resumo (PDF formato A4) da proposta. A finalidade desta ata de julgamento é descrever a metodologia da Comissão Julgadora para a avaliação dos trabalhos, selecionar o trabalho vencedor de cada subcategoria, por fim, os destaques entre os trabalhos inscritos. Após esclarecer os requisitos de exigência do Regulamento, iniciou-se as discussões sobre a análise preliminar das propostas, ficando em concordância entre todas da Comissão Julgadora a seguinte metodologia avaliadora: (i) uma análise individual por cada integrante da Comissão Julgadora, considerando os pontos desafiadores e potencializadores dos trabalhos, fazendo assim a pré-seleção dos trabalhos que se destacam; (ii) a reunião de decisão final, debatendo os trabalhos que foram destaques na seleção preliminar, discutindo-os de forma coletiva para a decisão de Premiação. Para a etapa de pré-seleção dos trabalhos, foi acordado que os critérios adotados para a avaliação seriam aqueles que constam no Regulamento da premiação, divididos em: inovação, criatividade, objetividade, funcionalidade, economicidade, exequibilidade, contribuição tecnológica, contribuição social, sustentabilidade, entre outros, de ordem técnica e cultural, inclusos os critérios de inclusão e equidade social, transformação da lógica espacial do lugar onde se insere, significados e memória, estímulo ao pensamento crítico, relevância do tema e resolução de problemas atuais. A Comissão Julgadora confirmou ter todas as informações necessárias para a avaliação. Após a primeira rodada individual de pré-seleção dos trabalhos, concluiu-se, no entendimento da Comissão, que 5 (cinco) dos projetos submetidos na subcategoria de urbanismo de interesse social eram projetos de enfoque edilício e categóricos na função arquitetônica, não concebendo de forma adequada o escopo da subcategoria de urbanismo. Estes projetos foram: PIU002, PIU003, PIU004, PIU006 e PIU007. Analisando a subcategoria de arquitetura de interesse social, foram selecionados, na fase de pré-avaliação, uma média de 6 (seis) projetos por jurada da Comissão, encerrando assim a primeira etapa de julgamento da premiação. Foi acordado pela Comissão Julgadora que os trabalhos em discussão para essa segunda etapa seriam aqueles que foram selecionados por, no mínimo, duas das juradas. Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e vinte cinco minutos, as integrantes da Comissão Julgadora se encontraram, em reunião online, para uma segunda etapa de análise dos trabalhos selecionados, por meio de análise detalhada e coletiva.

Nesse momento, a comissão seguiu avaliando os projetos que cumpriam com os requisitos para destaque ou premiação e que apresentavam pontos relevantes. Nesta etapa foram debatidos: (i) os projetos da subcategoria de arquitetura PIA005, PIA007, PIA008, PIA009 e PIA012; (ii) os projetos da subcategoria de urbanismo PIU001 e PIU005.

O debate da comissão julgadora foi iniciado pelo estabelecimento dos critérios acordados de avaliação: inclusão e equidade social, transformação da lógica espacial do lugar onde se insere, significados e memória, impacto no entorno, estímulo ao pensamento crítico, relevância do tema e resolução de problemas atuais. Durante a rodada, observou-se uma seleção semelhante e unânime nas avaliações individuais sobre os premiados na subcategoria de urbanismo, tornando este um debate que se concentrou na decisão de premiação dos projetos da subcategoria de arquitetura. A comissão observou que, entre as avaliações individuais, estimava-se uma seleção dos projetos que pudessem se destacar por sua função e exequibilidade, sendo critérios em conformidade com o regulamento. Porém, parte dos projetos requeriam ajustes necessários e determinantes, nos seguintes pontos: (i) a proporção e o dimensionamento do programa de necessidades; (ii) a plasticidade do projeto, a dialogar de forma mais coesa com o território em que se inseria; (iii) a apresentação das pranchas, a evidenciar de forma clara o conteúdo e a linguagem gráfica da proposta, dentro do conceito que buscava transmitir. Por fim, o critério de inovação assumiu um papel central nas discussões finais da avaliação, considerando a importância da categoria de Interesse Social como diretriz estratégica para o futuro da arquitetura e do urbanismo. No entendimento das integrantes da Comissão Julgadora, foram (2) dois trabalhos premiados e apenas 1 (um) projeto em destaque, sendo este último pertencente à subcategoria de urbanismo. Os pareceres da Comissão foram estes:

INTERESSE SOCIAL ARQUITETURA - PREMIADO

PIA005: Destaca-se, neste trabalho, a valorização da vida das comunidades ribeirinhas, a fundamentação na garantia de direitos básicos à dignidade humana em contexto de fragilidade socioambiental e econômica e seu desenvolvimento conceitual baseado na circularidade. O projeto abordou, de forma satisfatória,

aspectos ambientais e climáticos inerentes ao local, relação da comunidade com o lugar e dinâmicas de vida da população. Utilizou-se materiais disponíveis no território, demonstrando respeito às práticas e técnicas construtivas tradicionais. Embora a edificação seja dimensionada de forma generosa em relação ao contexto, especialmente nas áreas de circulação, e utilize formas curvilíneas que apresentam desafios para a otimização dos materiais, a proposta ainda destaca uma coerência estética e respeito significativo ao entorno, sendo representada graficamente de forma clara. Por fim, o trabalho expande-se como um convite ao processo de olhar criticamente aos desafios que as populações ribeirinhas enfrentam e à pertinência do papel do arquiteto em suas funções em prol da equidade e da justiça social.

INTERESSE SOCIAL URBANISMO – PREMIADO:

PIU005: O trabalho propõe a requalificação de um território urbano periférico permeando o direito à cidade e à ATHIS, a partir de uma abordagem de atuação na micro e na macro escala, de modo a buscar a inclusão social através da integração espacial, da qualificação da paisagem e da moradia digna. As análises bem construídas acerca do bairro e das especificidades da comunidade justificam as decisões projetuais, as quais demonstram o conhecimento do(a) autor(a) sobre as dinâmicas políticas, econômicas e sociais do território, refletindo em uma proposta coesa e aplicável à realidade local. Destacam-se as estratégias de projeto pensadas por etapas de aplicação e próximas do microurbanismo e da acupuntura urbana, abordando desde melhorias na infraestrutura, requalificação de espaços e fortalecimento da identidade cultural local, assim como melhorias habitacionais e regularização fundiária.

INTERESSE SOCIAL URBANISMO – DESTAQUE

PIU001: O trabalho traz para o centro do debate a população Guarani, mais especificamente da Aldeia Tekoa Koenju, contemplando a dimensão ampla e circular da sustentabilidade, não somente em sua inserção territorial e inclusão socioeconômica, mas também na valorização da cultura indígena e seus simbolismos, das técnicas tradicionais e sua materialidade, que contrastam com

as tipologias padronizadas de moradias hegemônicas construídas, e evocam o respeito ao lugar e o senso de pertencimento. A proposta traz, ainda, uma reflexão política sobre os desafios do poder público em comunidades originárias, visto a invisibilidade etnocultural, o turismo extrativista e o conhecimento oficial escasso sobre a dinâmica histórica dessas populações a partir de uma perspectiva de integração socioespacial e econômica.

Carolina H. Galeazzi

Carolina H. Galeazzi

Karol Rosa de Almeida

Karol Rosa

Raquel de Araújo Freire

Raquel Freire

Porto Alegre, 09 de dezembro de 2024.